



Simpósio de Integração Acadêmica

“Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



Os Conselhos Tutelares como destinatários da Extensão Universitária através do Projeto TUTELANDO CONSELHOS

Bruno de Lucca Carvalho¹ (bruno.lucca@ufv.br); Luciene Rinaldi Colli² (lcolli@ufv.br)

¹Graduando do Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Viçosa – UFV.

²Professora do Departamento de Direito, Universidade Federal de Viçosa – UFV.

Palavras-chave: Direito da Criança e do Adolescente; Extensão Acadêmica, Conselho Tutelar

Categoria: Extensão; **Área do conhecimento:** Ciências Humanas e Sociais; **Área temática:** Direito.

Introdução

O projeto de extensão “TUTELANDO CONSELHOS” é coordenado pela Prof^a. Luciene Rinaldi Colli, sendo integrado, essencialmente, por discentes do curso de Direito e Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa, que, ao longo de sua formação, estudam, pesquisam e promovem os direitos da criança e do adolescente pela disseminação da doutrina da proteção integral preconizada no ECA. Para que haja um atendimento e uma proteção efetiva às crianças e adolescentes, é necessário um atendimento em rede. Para isso, necessita-se essa rede possua todos os órgãos operando de maneira eficaz.

Objetivos

O objetivo do projeto é fortalecer a rede de proteção às crianças e adolescentes, auxiliando os Conselhos Tutelares e os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente a realizarem o seu papel, por meio de cursos de formação e assistência jurídica. Além disso, é necessário que o ECA seja propagado para todos aqueles que podem efetivá-lo e atuar concretamente na realidade de crianças e adolescentes no Brasil. Para tanto, é realizado palestras na Universidade para discentes de diversas áreas, que, futuramente, irão atuar diretamente com a criança e o adolescente, como no caso das licenciaturas e agentes de saúde.

Material e Método

Estudo e pesquisas sobre as temáticas relacionadas ao ECA, onde os discentes do curso de Direito e Serviço Social da UFV aplicam seus conhecimentos e aprimoram suas compreensões sobre a doutrina da proteção integral atuando, diretamente, junto aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, observando quais são as necessidades de cada Conselho Tutelar atendido a fim de poder contribuir com soluções efetivas.

Apoio financeiro

O projeto tem seu custeio de gastos realizado pelo Departamento de Direito da UFV com apoio do CCH. Conta também com apoio da FUNARBE nas atividades de prestação de serviço. Além disso, o PIBEX também é uma fonte de auxílio para os discentes que tem a oportunidade de participar como bolsistas do projeto.

Resultados e Discussão

Há 17 anos, o Tutelando Conselhos promove a divulgação da doutrina da proteção integral e dos direitos infanto-juvenis, tutelando 40 municípios. Em setembro/2020 realizou seu XVI Seminário comemorativo dos 30 anos do ECA e concluiu a Cartilha Comemorativa desta data, publicada pela Editora UFV; promoveu palestra em 18 de maio/2021 no “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”; em 28 de agosto/2021 realizou a capacitação em “Escrita Jurídica-Científica”; em outubro/2021 realizou o XVII Seminário; em junho/2022 realizou um curso de capacitação de tutores. Já no ano de 2023, participou ativamente da seleção para conselheiros tutelares de 5 municípios na aplicação de prova como parte de seus processos seletivos.

Conclusões

Podemos observar concretamente que há violações e negligências constantes nos direitos infanto-juvenis. O Projeto Tutelando Conselhos busca justamente tornar mais lúcido e conciso o Direito de crianças e adolescentes, com o estudo da legislação brasileira e com pesquisas de doutrinas e jurisprudências dos diversos tribunais brasileiros, alcançando o conhecimento das normas jurídicas relacionadas ao direito infanto-juvenil do Direito, suscitando questionamentos sobre a sua indevida aplicação, seja pelos órgãos públicos, seja pela sociedade ou mesmo a família.

Bibliografia

Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal – Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2003.

Declaração dos Direitos da Criança de 1959, Organização das Nações Unidas. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br, acessado em 10 de novembro de 2019;

Lei Federal N° 8.069 de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. Disponível em: www.senado.gov.br, acessado em 12 de novembro de 2019;

Agradecimentos

Agradeço a Universidade Federal de Viçosa por oportunizar a realização de atividades de extensão que, com excelência, promovem o conhecimento pela troca de saberes e a interação dialógica entre a sociedade e a Universidade. À professora Luciene Rinaldi Coll, gratidão e reconhecimento!